



Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

**CCA
BERNARDON**
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

SEMANÁRIO Nº 49/2017 | 1ª SEMANA | DEZEMBRO DE 2017

DESTAQUES DA SEMANA:

INSS

- Contribuição previdenciária complementar
- Implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial

FGTS

- CAIXA divulga ajustes do FGTS à Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467/2017

ICMS

- Concessão de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS para cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
- Redução da multa e juros relativos à dívida decorrente de

lançamento efetuado em virtude do indevido creditamento do valor de precatório para compensação com o ICMS mensal realizado em guia informativa ou na escrita fiscal

- Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:

Leite em pó – Importação com diferimento parcial de ICMS – Prorrogação

OBRIGAÇÕES DA SEMANA

05/12

IR-FONTE - Recolhimento referente ao 3º decêndio de novembro das retenções efetuadas sobre aplicações financeiras, juros sobre capital próprio, prêmios (concursos e sorteios), multas/vantagens/rescisão de contrato.

IOF - Recolhimento referente 3º decêndio de novembro do IOF sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros Factoring e Ouro-ativo financeiro.

06/12

SALÁRIOS - Pagamento até o 5º dia útil do mês.

07/12

FGTS - Efetuar os depósitos relativos ao mês de novembro.*

CADASTRO DE EMPREGADOS - Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e demissões ocorridas em novembro.*

SIMPLES DOMÉSTICO - Recolhimento referente novembro, incidente sobre a remuneração paga aos empregados domésticos.

OBSERVAÇÕES:

» **Nota Fiscal Gaúcha** - Os contribuintes, não obrigados à entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, deverão transmitir os arquivos à SEFAZ/RS, considerando o 8º dígito de seu número de CNPJ, a partir do dia 10 do mês subsequente ao da emissão. Resolução n. 03/2013, arts. 2º e 11.

» (*) Antecipar o recolhimento, se não houver expediente bancário no dia indicado. (Ex.: Feriado Municipal)

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

INSS

Contribuição previdenciária complementar

O Ato Declaratório Interpretativo RFB n. 6/2017, DOU de 27 de novembro de 2017, dispõe sobre a contribuição previdenciária complementar prevista no § 1º do art. 911-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943.

Com essa publicação, a contribuição previdenciária complementar a ser recolhida pelo segurado empregado que receber no mês, de um ou mais empregadores, remuneração inferior ao salário mínimo mensal, será calculada mediante aplicação da alíquota de 8% (oito por cento) sobre a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal.

O recolhimento da contribuição previdenciária complementar deverá ser efetuado pelo próprio segurado até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Não será computado como tempo de contribuição para fins previdenciários, inclusive para manutenção da condição de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e cumprimento de prazo de carência para concessão de benefícios previdenciários o mês em que a remuneração recebida pelo segurado tenha sido inferior ao salário mínimo mensal e não tenha sido efetuado o recolhimento da contribuição previdenciária complementar.

Implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

Foi enviado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil no dia 30 de novembro de 2017 o informativo DRF/POA nº 45/2017 que dispõe sobre Comitê Gestor do eSocial detalha a implantação do sistema para as empresas, conforme segue:

“Senhores(as) Contadores(as) e Técnicos(as) em Contabilidade, Divulgamos cronograma, detalhando as fases de implementação do e-Social.

Destacamos a importância, num primeiro momento, de se fazer a qualificação cadastral de todos os empregados das empresas. Havendo divergências nos dados cadastrais dos mesmos (cadastro interno das empresas, CPF e CNIS), o sistema apresentará crítica no cadastramento inicial ou admissões de trabalhadores no e-Social.

- Comitê Gestor do eSocial detalha a implantação do sistema para as empresas

A Resolução nº 03 do Comitê Diretivo do eSocial, a ser publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (30/11), detalhará as medidas para implantação do eSocial.

A primeira etapa de implantação do eSocial para as empresas começa em 8 de janeiro de 2018. Nessa data 13.707 empresas com o faturamento superior a R\$ 78 milhões começarão a registrar cadastros e tabelas, como parte do processo de implantação faseada do novo sistema.

A implantação em cinco fases também será adotada para as demais empresas privadas do país, incluindo micros e pequenas empresas e MEIs que possuam empregados, cuja utilização obrigatória está prevista para 16 de julho do ano que vem. Já para os órgãos públicos, o eSocial torna-se obrigatório a partir de 14 de janeiro de 2019. Quando totalmente implementado, o eSocial reunirá informações de mais de 47 milhões de trabalhadores do setor público e privado do país em um único sistema.

Segundo o cronograma, na primeira etapa as empresas terão que cadastrar, em março de 2018, seus trabalhadores “e eventos não periódicos”, e em maio será a vez da folha de pagamento. Em julho ocorrerá a substituição da plena da GFIP para o primeiro grupo de contribuintes, e será possível a implantação da “compensação cruzada”, e em janeiro de 2019 serão registrados os eventos de segurança e saúde do trabalhador.

O cronograma faseado da segunda etapa (demais contribuin-

tes Pessoa Jurídica, incluindo os integrantes do Simples, os Micros Empreendedores Individuais e Pessoa Física prevê ainda em julho o cadastro de empregados e tabelas, em setembro o cadastramento de trabalhadores e eventos não periódicos, em novembro da folha de pagamento, e em janeiro de 2019 a substituição da GFIP e a implantação dos eventos de segurança e saúde do trabalhador.

Conforme explicou o assessor especial para o eSocial, auditor-fiscal Altamir Linhares de Melo, em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (29), em Brasília, o envio de obrigações pelas empresas em etapas para o eSocial é uma resposta do governo às solicitações realizadas pelas empresas e confederações participantes do projeto e tem como objetivo garantir segurança e eficiência para a entrada em operação do programa. No entanto, Altamir enfatizou que o eSocial está 100% pronto para implantação e que a adoção do faseamento deve-se unicamente aos pleitos dos contribuintes e converge para uma entrada em produção com a segurança necessária para o sucesso do processo.

Além disso, Linhares destacou a importância do eSocial sobre dois aspectos: “o programa amplia a capacidade de fiscalização do Estado e melhora a formulação de políticas públicas do país, já que o governo contará com uma informação única, consistente e qualificada”, enfatizou.

I. Trabalhador

A redução de cerca das 15 obrigações atuais para uma só já representa um grande benefício para as empresas, o governo e os trabalhadores, que, segundo o auditor-fiscal Altamir Linhares de Melo, “serão grandes beneficiados”.

Entre as muitas vantagens para o trabalhador, os membros do Comitê Gestor destacaram que o eSocial significará “maior garantia em relação à efetivação dos direitos trabalhistas e previdenciários”, agilidade no acesso a benefícios, além de maior transparência quanto às informações do contrato de trabalho.

A redução dos erros, através da unificação e padronização das obrigações acessórias, é o principal benefício do eSocial para as empresas.

II. Comitê Gestor

Participaram da entrevista os membros do Comitê Gestor do eSocial, auditores-fiscais Altemir Linhares de Melo e Clovis Belbute Peres, pela Receita Federal, Jarbas de Araújo Felix, da Secretaria da Previdência Social do MF, Henrique José Santana, da Caixa Econômica Federal, e José Alberto Maia, do Ministério do Trabalho.

Confira abaixo o cronograma de implantação:

I. Etapa 1 - Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões

a) Fase 1: Janeiro/18 - Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas

b) Fase 2: Março/18: Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos

c) Fase 3: Maio/18: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento

d) Fase 4: Julho/18: Substituição da GFIP (guia de informações à Previdência Social) e implementação da compensação cruzada

e) Fase 5: Janeiro/19: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador

II. Etapa 2 - Demais empresas privadas, incluindo Simples, MEIs e pessoas físicas (que possuam empregados)

a) Fase 1: Julho/18 - Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas

b) Fase 2: Set/18: Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos

c) Fase 3: Nov/18: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento

d) Fase 4: Janeiro/19: Substituição da GFIP (guia de informações à Previdência Social) e compensação cruzada

e) Fase 5: Janeiro/19: Na última fase, deverão ser enviados os

dados de segurança e saúde do trabalhador

III. Etapa 3 - Entes Públicos

a) Fase 1: Janeiro/19 - Apenas informações relativas aos órgãos, ou seja, cadastros dos empregadores e tabelas

b) Fase 2: Março/19: Nesta fase, entes passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos servidores e seus vínculos com os órgãos (eventos não periódicos) Ex: admissões, afastamentos e desligamentos

c) Fase 3: Maio/19: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento

d) Fase 4: Julho/19: Substituição da GFIP (guia de informações à Previdência) e compensação cruzada

e) Fase 5: Julho/19: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador"

FGTS

CAIXA divulga ajustes do FGTS à Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467/2017

A Lei n. 13.467/2017, DOU de 14 de julho de 2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Dentre as alterações, foi estabelecido o contrato individual de trabalho para prestação de trabalho intermitente. Segundo a referida Lei: "considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria." (NR)

Para contemplar o contrato de trabalho intermitente será utilizada a CATEGORIA DE TRABALHADOR 04, até então utilizada para classificar o trabalhador por prazo determinado. Para recolhimento por prazo determinado, o empregador continuará utilizando CATEGORIA

DE TRABALHADOR 04 acompanhada do CÓDIGO DE MOVIMENTAÇÃO R1 – PRAZO DETERMINADO.

A lei suprarreferida também prevê que o contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas, por metade, o aviso prévio indenizado e a multa rescisória do FGTS e permitirá a movimentação de 80% do saldo da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A rescisão do contrato de trabalho por motivo de acordo firmado entre trabalhador e empregador será caracterizada pelo CÓDIGO DE MOVIMENTAÇÃO I5 - RESCISÃO DO CONTRATO POR MOTIVO DE ACORDO.

Nos programas SEFIP e GRRF, não serão criados novos campos, apenas incremento de novas fórmulas de cálculos e códigos às tabelas existentes, de modo que não haverá novo leiaute desse aplicativo.

Já estão disponíveis no site da CAIXA (<http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>):

- Circulares CAIXA nº 787 e 789 de 09/11/2017, que alteram os manuais;
- Nova versão da GRRF (a partir de 11 de novembro de 2017);
- Nova versão do SEFIP (a partir de 24 de novembro de 2017);
- A reforma trabalhista entrou em vigor a partir de 11 de novembro de 2017, bem como a categorização acima descrita.

ICMS

Concessão de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS para cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

O Convênio ICMS n. 164/2017, DOU de 28 de novembro de 2017, autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a conceder parcelamento, para cooperativas, de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS vencidos até 30.06.2017, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive ajuizados. O pagamento poderá ser efetuado em até 120 parcelas.

Poderão ser incluídos no programa débitos espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à Receita Estadual, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores do ICM e do ICMS, cujos vencimentos tenham ocorrido até 31.12.2016.

Redução da multa e juros relativos à dívida decorrente de lançamento efetuado em virtude do indevido creditamento do valor de precatório para compensação com o ICMS mensal realizado em guia informativa ou na escrita fiscal

O Convênio ICMS n. 175/2017, DOU de 28 de novembro de 2017, autoriza o Estado do Rio Grande do Sul nos termos da Lei Estadual n. 15.038/2017, a reduzir a multa para 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, e a reduzir os juros em 40% (quarenta por cento), quando relativos à dívida decorrente de lançamento efetuado em virtude do indevido creditamento do valor de precatório para compensação com o ICMS mensal, realizado em guia informativa ou na escrita fiscal.

O disposto no parágrafo anterior somente se aplica aos contribuintes que fizerem adesão ao benefício no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da publicação deste Convênio.

Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:

1) Decreto n. 53.818/2017, DOE de 30/11/2017

- **Leite em pó – Importação com diferimento parcial de ICMS – Prorrogação** - Alt. 4915 – Prorroga a suspensão do diferimento parcial do pagamento do ICMS na importação de leite em pó até 28/02/18. (Lv. I, art. 53-B, nota 03)